

A BIBLIOTECA PÚBLICA: UM PAPEL DETERMINADO E DETERMINANTE NA SOCIEDADE

Aline Pinheiro Brettas*

RESUMO

O artigo é baseado no referencial teórico da dissertação defendida em 2004, na ECI/UFMG, cujo título é *A Sociedade Literária de Belo Horizonte: um legado cultural da Biblioteca Municipal para a cidade*. Nosso objetivo é apresentar um breve estudo sobre a biblioteca pública, sob um prisma contextual, em que são abordadas as funções de tal instituição, relacionadas aos aspectos constitutivos de uma sociedade – cultura, memória, identidade e ideologia. Este trabalho foi realizado sob uma ótica interdisciplinar, tendo como metodologia o estudo em fontes bibliográficas. Apresenta-se a contribuição de historiadores, estudiosos da sociologia do conhecimento e bibliotecários. Assim, aponta-se como a trajetória da biblioteca pode ser determinada por uma ordem política dominante. Por outro lado, expõe-se como ela pode influenciar a trajetória da comunidade onde atua, através das atividades de leitura e escrita que são proporcionadas pela instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca pública. Cultura. Escrita. Identidade. Ideologia. Leitura. Memória.

INTRODUÇÃO

Este artigo consiste na apresentação de um breve estudo sobre a biblioteca pública, sob um prisma contextual, em que são abordadas as funções de tal instituição na sociedade a que serve. Para compreender melhor esse tema, propõe-se analisar as categorias apresentadas a seguir:

- sociedade, cultura e instituições: a biblioteca pública é uma instituição social e cultural. Uma ordem social dominante influencia, ou determina a trajetória dessa instituição, principalmente no que diz respeito à constituição do acervo e ao controle e acesso à informação nele contida. Desse modo, é necessária uma breve análise desses conceitos, que são inter-relacionados;

* Graduada em História pela UFMG; doutoranda em Ciência da Informação pela UFMG.

- memória: a função de uma biblioteca, entre outras, é guardar um acervo cuja informação registre parte da memória escrita de um grupo social. Por isso, é bastante necessário um estudo a respeito desse tema;

- identidade e ideologia: um acervo de biblioteca e o modo de como ele é organizado e consultado pode influenciar uma coletividade, em sua maneira de se identificar e de se comportar diante de outros grupos sociais (identidade) e na formação de suas idéias (ideologia);

- leitura e escrita: um acervo de biblioteca pública é formado, preservado e organizado para ser consultado por um grupo amplo e heterogêneo de pessoas. Essa consulta é realizada através da leitura, seja em livros, fotografias, vídeos, etc. A leitura, por conseguinte, é a chave para o conhecimento e, através da escrita, para a produção de novos conhecimentos. A leitura e a escrita em bibliotecas públicas são, também, a base para a constituição da memória e da identidade da cidade.

Esta análise será realizada em comunhão com uma abordagem interdisciplinar, através do pensamento de:

Luís Milanesi, bibliotecário e professor da ECA/USP. Em suas obras, esse autor apresenta um histórico sobre as bibliotecas na civilização ocidental e no Brasil, faz uma crítica à situação atual das bibliotecas no Brasil e aponta mudanças significativas que deveriam ser realizadas para alterar esse quadro;

Sônia de Conti Gomes, mestre em Biblioteconomia. Em sua dissertação, ela trabalha a biblioteca pública como uma agência social, a serviço de instituições e estruturas sociais;

Jacques Le Goff, historiador medievalista. Trabalharemos especialmente com uma obra desse autor, *História e memória*, que aborda a memória, sua trajetória na civilização ocidental e sua importância;

Roger Chartier e Robert Darnton, historiadores. Esses autores estudam as bibliotecas dentro da história da leitura;

Peter Berger e Thomas Luckmann, sociólogos do conhecimento. Esses autores trabalham com conceitos sobre realidade e ordem sociais, instituição, ideologia, identidade e memória.

Pretende-se trazer uma nova concepção de biblioteca pública, ao mostrar que ela é uma instituição integrada à sociedade na qual faz parte, já que se encontra inserida em um determinado contexto político e cultural, do qual pode sofrer influências no momento de organizar e difundir o seu acervo. Entretanto, através dos próprios serviços prestados, ela pode também promover mudança das mentalidades de seu público usuário.

Sobretudo, enfatizamos que ler e escrever sobre bibliotecas se

torna, além de uma atitude reflexiva, uma forma de resistência e um manifesto em favor da preservação de uma cultura que se definiu também através do livro.

SOCIEDADE

A sociedade, segundo Berger e Luckmann (1985), pressupõe um agrupamento de indivíduos em que todos trabalham para que ela sobreviva de forma ordenada, direcionada e estável. Cada indivíduo tem uma tarefa a cumprir para que tal finalidade se realize.

Conforme Berger e Luckmann (1985, p. 76),

a ordem social [é] um produto humano, ou, mais precisamente, uma progressiva produção humana. É produzida pelo homem no curso de sua contínua exteriorização... Tanto em sua gênese (ordem social resultante da atividade passada) quanto em sua existência em qualquer instante do tempo (a ordem social existiu na medida em que a atividade humana continua a produzi-la) ela é um produto humano.

Por sua vez, afirma Johnson (1997, p. 213):

Sociedade é um tipo especial de sistema social que, como todos os sistemas sociais, distingue-se por suas características culturais, estruturais e demográficas/ecológicas. Especificamente, é um sistema definido por um território geográfico [...] dentro do qual uma população compartilha de uma cultura e estilo de vida comuns, em condições de autonomia, independência e autossuficiência relativas [...]

Os vários agrupamentos sociais se diferenciam, porque cada um deles possui uma evolução cultural própria. Nesse sentido, para se compreender a sociedade, será interessante uma reflexão a respeito da cultura.

CULTURA

Milanesi (1997) afirma que, ao retrocedermos muitos séculos e rastreamos as palavras e os seus significados, encontramos o vocábulo latino *colere*, “cultura”, que era usado para denominar os cuidados com as plantas e os animais. Daí agricultura, bovinocultura e outros termos com o sufixo – cultura – que indica uma ação de cuidar, dar trato a. Mas havia a idéia de cultivar as formas de relação com os deuses antepassados. O campo dos espíritos também se ligava à idéia de cultivo – daí a palavra “culto”. Esse termo designa a cerimônia das

relações com o sobrenatural, e também com o indivíduo que, de uma certa forma, acumulou “cultura”. Ele ainda aponta que a definição do termo “cultura” é algo considerado nebuloso:

Numa prospecção que se faz através das camadas da história do pensamento, “cultura” aparece com maior clareza a partir do século XVIII, numa seqüência de conceitos que se integram ou se bifurcam, envolvendo marcos referenciais do pensamento humano como Rousseau, Voltaire, Kant, Hegel, Marx, Freud e tantos outros. O resultado disso é um conceito de apreensão difícil, mutante no tempo, contraditório num dado momento, levando a imprecisões que o tempo não clarificou e que se estendem a setores fundamentais da sociedade (MILANESI, 1997, p. 79).

O autor mostra que muitos indivíduos e setores sociais acreditam que cultura está relacionada às atividades exercidas por uma classe mais elitizada e intelectualizada.

Johnson (1997, p. 59) define cultura como

o conjunto acumulado de símbolos, idéias e produtos materiais associados a um sistema social, seja uma sociedade inteira ou uma família [...]. A cultura possui aspectos materiais e não-materiais. A *cultura material* inclui tudo o que é feito, modelado ou transformado como parte da vida social coletiva [...] A *cultura não-material* inclui SÍMBOLOS [...] bem como as idéias que modelam e informam a vida de seres humanos em relações recíprocas e os sistemas sociais dos quais participam. As mais importantes dessas idéias são as ATITUDES, CRENÇAS, VALORES e NORMAS.

Nesse sentido, cultura pode ser considerada como sendo o conjunto de objetos produzidos pelo indivíduo para agir, como meio de sobrevivência, sobre o ambiente que o cerca, ou seja, a cultura pode ser um acervo material, que pode ser composto por utensílios domésticos, ferramentas de trabalho, pratos culinários, edificações, cidades inteiras.

A cultura pode também significar o conjunto de suas práticas sociais ou individuais. O próprio pensamento do homem e a sua forma de agir, gerando contextos variados de acordo com locais e períodos diferentes, são considerados cultura, e nesse caso, ela não é apenas objeto, mas também representação, que pode ser encontrada em três modalidades:

o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; [...] as práticas que visam fazer

reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; [...] as formas institucionalizadas e objectivadas graças às quais uns “representantes” (instâncias colectivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade (CHARTIER, 1990, p. 23).

Essas três modalidades de relação com o mundo, segundo Chartier (1990, p. 23), constituem a pedra angular de uma abordagem sob a ótica da história cultural. Esta tem por principal finalidade identificar como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Novos objetos de estudo e pesquisa emergiram: as atitudes perante a vida e a morte, as crenças e os comportamentos religiosos, os sistemas de parentesco e as relações familiares, os rituais, as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar etc.

Chartier (1994, p. 8-9) também mostra que existem duas significações atribuídas espontaneamente ao termo:

Aquela que designa as obras e os gestos que numa dada sociedade justificam uma apreensão estética e intelectual; e aquela que trata das práticas comuns, “sem qualidades”, que exprimem a maneira através da qual uma comunidade – não importa em que escola – vive e pensa a sua relação com o mundo, com os outros e com ela mesma.

Tendo em vista essas definições, cada grupo social possui uma determinada cultura. Ele possui determinados comportamentos e formas de pensamento, e um determinado modo de se organizar política e economicamente.

A organização e a estruturação necessárias ao homem podem ser alcançadas através da instituição, cuja explicitação será abordada a seguir.

INSTITUIÇÕES

A sociedade, para alcançar a ordem, o direcionamento e a estabilidade anteriormente mencionados neste trabalho, precisa de mecanismos para controlar os indivíduos. Tais mecanismos são produzidos por instituições. Segundo Berger (1973), define-se instituição como um complexo específico de ações sociais, que é também um órgão regulador, canalizando as ações dos indivíduos e proporcionando métodos de padronização da conduta humana. Essa conduta deve passar por caminhos considerados aceitáveis para a sociedade.

Johnson (1997, p. 130) afirma que “uma instituição é um conjunto duradouro de idéias sobre como atingir metas reconhecidamente importantes na sociedade...” Esse autor (1997) também aponta que as instituições possuem funções sociais diferentes. Uma delas é exercida pela instituição política, que se destina a gerar, organizar e aplicar o poder coletivo, com o objetivo de manter a ordem e a estabilidade social, defendendo-as contra ameaças externas e, dependendo da sociedade, proteger os grupos dominantes e seus interesses.

A instituição exerce o controle social através de sua legitimação, ou seja, da aplicação de normas e regras que orientam os indivíduos a fazerem o que é considerado correto de acordo com o ponto de vista da ordem social. Às pessoas que agem de forma contrária a essas regras e normas, os desviantes, são aplicadas sanções e penalidades que têm por finalidade fazer com que corrijam seu comportamento e se adaptem ao direcionamento e à estabilidade da ordem vigente.

A legitimação também justifica a ordem institucional através da criação de um determinado conhecimento que explica a sua existência, como ela funciona e por que os indivíduos devem respeitá-la. Isso quer dizer que se essa explicação não for convincente para a maioria dos componentes da sociedade, a aplicação de tal ordem será ineficaz.

A legitimação “explica” a ordem institucional outorgando validade cognoscitiva a seus significados objetivados. A legitimação justifica a ordem institucional dando dignidade normativa a seus imperativos práticos. É importante compreender que a legitimação tem um elemento cognoscitivo assim como um elemento normativo. Em outras palavras, a legitimação não é apenas uma questão de “valores”. Sempre implica também “conhecimento”... A legitimação não apenas diz ao indivíduo por que deve realizar uma ação e não outra; diz-lhe também por que as coisas são o que são. Em outras palavras, o “conhecimento” precede os “valores” na legitimação das instituições (BERGER; LUCKMANN, 2000, p. 128-129).

Cada indivíduo ou grupo de indivíduos tem um papel a desempenhar, ou seja, uma tarefa a cumprir para que a ordem social em que ele esteja inserido perdure. Alguns, representados por uma minoria de pessoas, detêm o conhecimento legitimador e são responsáveis pela aplicação das normas; cabe à maioria respeitá-las, desempenhando o papel que lhe foi atribuído.

Existem diversos tipos de instituições que legitimaram várias sociedades e culturas em diferentes períodos e localizações geográficas. Instituições políticas, econômicas, jurídicas, religiosas,

culturais; em determinada ordem social, devem estar inter-relacionadas para legitimá-la.

A biblioteca pública pode, ou não, através do acervo de conhecimento que contém, legitimar uma ordem social e política vigente. Gomes (1981, p. 7), por sua vez, afirma:

As instituições como a família, a religião, a educação, o governo, etc. geram suas respectivas agências, a elas subordinadas, que são o lar, a igreja, a escola, as repartições. A biblioteca, de acordo com esta perspectiva, situa-se como uma agência social, criada para atender as necessidades da instituição à qual irá servir. Como tal é também um instrumento moldado e condicionado pela estrutura social, de acordo com os padrões e valores culturais, que regem as instituições dessa estrutura.

Nesse sentido, podemos apontar que a biblioteca representa uma instituição cultural, e atende a diferenciados interesses sociais. É sobre isso que discorreremos a seguir.

BIBLIOTECA PÚBLICA

O ser humano possui uma especial forma de comunicação, utilizando recursos gráficos que preservam sua herança cultural. Em uma dada sociedade, essa comunicação transmite a cultura preexistente e a cultura de outras sociedades para as futuras gerações. Por esse motivo, esses registros gráficos precisam ser preservados e organizados. Assim, a biblioteca aparece como uma instituição fundamental para cumprir tal objetivo, acumulando, desenvolvendo e disponibilizando livros e outros documentos ao público.

No entanto, esse acúmulo não se dá de forma mecânica e sem conseqüências. A biblioteca não é um local inerte e frio. É um lugar onde convergem informações sobre o mundo, dados locais e globais, fragmentos de saber e da realidade, ficção e obras verossímeis.

Gomes (1981, p. 8) salienta que se amplia assim a dimensão da relação entre cultura e biblioteca. “A biblioteca como criação social reflete a cultura que a gerou e, por sua vez, atua sobre a cultura à medida que, vinculando seus valores, crenças e padrões comportamentais, contribui para a preservação e difusão da herança cultural”.

Milanesi (1997, p. 24) já afirma que:

A biblioteca é a mais antiga e freqüente instituição identificada com a Cultura. Desde que o homem passou a registrar o conhecimento ela existiu, colecionando e ordenando tabuinhas de argila, papiros, pergaminhos e papéis impressos. Está presente na história e nas

tradições, destacando-se em Alexandria nos tempos de Cristo e proliferando nos interiores dos mosteiros medievais como repositório do saber humano. Foi peça importante no projeto luso de colonização por meio da catequese.

É sabido que a noção de “público” para essa instituição surgiu depois da Revolução Francesa, quando as bibliotecas e arquivos foram abertos à população (até então as bibliotecas, principalmente desde o período medieval, tinham como principal função a preservação das obras, sem disponibilizá-las a um público amplo). Essa foi uma medida e conquista de direitos da plebe, que passou a ter acesso a documentos que registravam os direitos da nobreza aristocrática e clerical. Muitos deles foram exterminados, como forma de eliminação do passado e da tradição provenientes do Antigo Regime.

No entanto, como afirma Mueller (1984), foi a partir do século XIX que as bibliotecas públicas emergiram, quando os serviços aos usuários começaram a ser organizados de maneira sistemática. Além dos acontecimentos decorrentes da Revolução, tais instituições também foram resultantes das transformações sociais que ocorreram com o desenvolvimento da indústria e a conseqüente e crescente urbanização dos séculos XVIII e XIX.

Uma biblioteca pública é um centro de informações atuando permanentemente, atendendo à demanda da população, estimulando o processo contínuo de descobrimento e produção de novas obras, “organizando a informação para que todo ser humano possa usufruí-la” (MILANESI, 1986, p. 15).

Milanesi (1986, p. 25) ainda afirma:

Como um centro de informação, a biblioteca por definição será um instrumento de desordem. Isso, desde que não exista um filtro que censure a informação que contradiga a ordem. A biblioteca, tendo em seu acervo múltiplos discursos que se desdobram ao infinito, não dá uma direção, mas propõe alguns caminhos, deixando ao indivíduo a tarefa de avaliar e decidir.

Conforme Gomes (1981, p. 8),

A biblioteca é uma agência social de natureza complexa. Criada por uma instituição para servir-lhe de instrumento de ação, e moldada pelos padrões da estrutura social. Por outro lado, é o repositório e um dos meios de difusão das experiências culturais desenvolvidas nos níveis adaptativo, associativo e ideológico que determinam aqueles padrões. Por sua condição singular, liga-se aos sistemas básicos da estrutura

social, numa contínua interdependência, que nem sempre se dá de forma equilibrada e satisfatória.

Desse modo, a criação e a trajetória de uma biblioteca pública depende de fatores que atuam no processo sociocultural. Por um lado, essa instituição contribui para a manutenção de tais fatores; por outro, através da composição do seu acervo e da leitura que é realizada, pode provocar rupturas naquele processo.

A informação contida no acervo desse tipo de instituição pode ser considerada um suporte da memória, da ideologia, da identidade e, conseqüentemente, da cultura de um grupo social – elementos esses que, portanto, são os fatores atuantes no processo sociocultural.

Para a melhor compreensão da importância social e cultural que representa uma biblioteca pública, cabe aqui examinarmos um pouco mais detalhadamente a respeito de memória, ideologia e identidade.

MEMÓRIA

O que é a memória. A memória é um glorioso e admirável dom da natureza, através do qual revocamos as coisas passadas, abraçamos as presentes e contemplamos as futuras graças à sua semelhança com as passadas (DA SIGNA¹, 1235, apud LE GOFF, 1990, p. 453).

Memória significa lembrança, recordação, e o homem necessita recordar, lembrar, rememorar, pois deseja que algo permaneça. Ela é responsável pela articulação dos grupos sociais com o tempo, uma vez que, mais que guardiã do passado, ela permite a relação deste com o presente e o planejamento do futuro. Ao avaliar o passado, o homem ou o grupo social pode verificar quais as falhas que atrapalharam a sua trajetória, para não cometê-las novamente. Pode também verificar os acertos e as coisas boas realizadas, e perpetuá-las.

O passado, no entanto, é construído e reconstruído a todo momento. A memória não é estática e, o seu processo, conforme Le Goff (1990, p. 424), “faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios”.

Elementos culturais (nem todos e nem totalmente) foram registrados – em testemunhos escritos ou não – e mantidos ao longo do tempo. Esses testemunhos compõem a memória coletiva de uma sociedade. E a memória, escrita ou oral, permite que a herança cultural

¹ DA SIGNA, Boncompagno. *Rhetorica novissima*. Bologna: [s.n.], 1235. Esse documento citado por Le Goff (1990, p. 452-453) é o segundo tratado do gênero da retórica clássica, ao tomar a forma de *Ars dictaminis* – técnica de arte epistolar de uso administrativo.

seja preservada e transmitida. A memória coletiva dá condições aos grupos de recuperarem as lembranças do que existiu, e a partir delas, de reconstituírem nichos (objetos, crenças, manifestações artísticas, cidades, etc.) que permitem que essas lembranças continuem existindo. A memória coletiva também é encontrada em atividades culturais, como festejos e celebrações religiosas, e nos “monumentos” de Le Goff (1990).

Um novo território pode ser feito, onde a memória é preservada e mantida. Ligada a essa busca do passado e das raízes, ela permite a construção e reconstrução das identidades. Segundo Le Goff (1990, p. 475),

A evolução das sociedades na segunda metade do século XX clarifica a importância do papel que a memória coletiva desempenha [...] a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção.

Segundo Berger e Luckmann (2000, p. 86), “um mundo institucional [...] tem uma história que antecede o nascimento do indivíduo e não é acessível à sua lembrança biográfica. Já existia antes de ter nascido e continuará a existir depois de morrer”.

Nesse sentido, a memória, ao articular os grupos sociais com o tempo, faz com que estes se relacionem com seus predecessores e sucessores. Dessa forma, a herança cultural, inclusive a ordem social dominante nesses grupos, é transmitida de uma geração para outra.

Pode-se notar que a memória é dialética: ela pode ser um símbolo de dominação, mas também pode oferecer subsídios necessários à liberdade. Como cita Le Goff (1990, p. 476), “a memória não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder”.

A memória pode ser oral ou escrita. A primeira geralmente é restrita a pequenos grupos e curtos períodos de tempo. Ela é transmitida de uma geração para outra, mas sujeita a diferentes interpretações e alterações.

A escrita, por sua vez, torna a memória mais fixa em um determinado suporte. A interpretação dessa memória continua passível de mudanças, mas o conteúdo é registrado e pode tornar-se imutável. O suporte escrito surgiu em folhas de palmeira, peles de osso, e depois passou para o pergaminho, papiro e finalmente o papel. Hoje esses suportes podem ser bibliográficos e arquivísticos.

Com o avanço de novas tecnologias desde o fim do século XIX, os suportes também se ampliaram, com o surgimento dos documentos audiovisuais, eletrônicos e digitais.

A biblioteca pública é uma instituição que guarda e preserva esses suportes. O acervo, portanto, contém a memória de uma cidade, de um estado ou de um país. Ela acumula registros da inteligência da humanidade.

Ela reflete em si o presente e guarda em si o passado, a memória local [...] elementos que formarão o quadro completo, difícil em sua fragmentação [...] mas que poderão ocupar espaços, como num jogo de montar, no esforço de compreensão da vida (MILANESI, 1986, p. 216).

Essa memória pode ser, na maioria das vezes, da ordem que vigorou e/ou continua vigorando. Os usuários podem, ao ter contato com esse acervo, concordar em manter ou não tal ordem. Para Milanesi (1986, p. 215–216),

Esse zelo pelos registros que revelam o que existiu possibilita construir um espelho onde é possível a coletividade se olhar como se visse um retrato de infância, entendendo a história como o seu próprio corpo em construção. Mirar-se no antigo, no precário ou até mesmo no grotesco, é um motivo para refletir-se. A reflexão permite ver-se. Dessa maneira, a memória é um estímulo à desordem, [...] ponto de partida para a reelaboração do discurso do indivíduo. A visão do passado, através de um texto ou de uma foto, ou até mesmo de um filme, é um instante de conflito entre duas informações diferentes. Dele poderá resultar uma tentativa de explicação para as transformações ocorridas. O debruçar-se sobre o registro que revela o passado é uma possibilidade de refletir sobre o passado e o presente.

IDENTIDADE

Cada grupo social possui uma cultura diferente. As diversas sociedades humanas, desde os primórdios da história, sempre tiveram a necessidade de preservar, com o auxílio da memória, os vestígios de suas ações sobre o meio ambiente, de suas formas de sobrevivência e de convivência entre seus componentes, do modo de como enxergavam e pensavam o mundo. Cada sociedade teve a necessidade de preservar o seu acervo, as suas práticas e representações, com origens em tempos passados, e as suas instituições. Em síntese, cada grupo social possui sua própria cultura, e precisa preservá-la para manter a sua identidade.

Identidade, nesse sentido, está relacionada à cultura e à memória. O indivíduo necessita estar em um grupo de pessoas que compartilham as mesmas formas de pensar e de viver, que são representadas por crenças religiosas, opções sexuais, hábitos culturais, etc. Constituem grupos coesos, para lutar pelos ideais em que acreditam. A esse respeito, diz Le Goff (1990, p. 476):

A partir do *Homo sapiens*, a constituição de um aparato da memória social domina todos os problemas da evolução humana [...] a sobrevivência étnica funda-se na rotina, o diálogo que se estabelece suscita o equilíbrio entre rotina e progresso simbolizando a rotina, capital necessário à sobrevivência do grupo, o progresso, a intervenção das inovações individuais para uma sobrevivência “melhorada”². A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.

O acervo de uma biblioteca pública pode ser considerado um “suporte” da memória e, conseqüentemente, da identidade de um grupo, porque revela tendências e correntes literárias e artísticas, que fazem parte da cultura dessa comunidade.

Entretanto, sob a ótica da Sociologia do Conhecimento, em um grupo social, cada indivíduo tem uma função a cumprir, um papel a desempenhar, para que a ordem social perdure. O papel forma a ação, e o indivíduo a realiza. Normalmente, a pessoa acaba por incorporá-lo. Nesse sentido, todo papel na sociedade acarreta uma certa identidade.

Conforme Berger (1973, p. 112-113), “numa perspectiva sociológica, a identidade é atribuída socialmente, sustentada socialmente e transformada socialmente [...] identidade não é uma coisa preexistente; é atribuída em atos de reconhecimento social. Somos aquilo que os outros crêem que sejamos”.

A identidade é formada por produtos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Inversamente, as identidades produzidas pela interação do organismo, da consciência individual e da estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a [...] (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 228).

² LEROI-GOURHAN, A. *Le geste et la parole*. Paris: Michel, 1964, p. 24.

A identidade é um fenômeno que deriva da dialética entre o indivíduo e a sociedade, o que significa afirmar que o indivíduo só é compreendido quando está inserido em uma sociedade.

(...) o indivíduo se localiza na sociedade dentro de sistemas de controle social, e cada um desses sistemas contém um dispositivo de geração de identidade. Na medida em que for capaz, o indivíduo tentará manipular suas ligações (e, sobretudo as íntimas) de maneira a fortalecer as identidades que lhe proporcionaram satisfação do passado [...] Em muitos casos, naturalmente, essa manipulação não é possível. Nesse caso, tem-se de fazer o melhor possível com as identidades de que se dispõe (BERGER, 1973, p. 116).

A biblioteca pública, ao atender a uma ordem específica, pode também ser um sistema de controle. Ela pode controlar a leitura dos usuários, oferecendo-lhes um acervo cujo conteúdo exalte o sistema dominante ou despreze as formas de pensamento contrárias a tal sistema.

Em face do que foi apresentado, a identidade, assim como a memória, também é contraditória, uma vez que pode contribuir para a manutenção de um grupo social. No entanto, a valorização da identidade coletiva pode ser utilizada para a libertação dos membros que compõem esse grupo.

IDEOLOGIA

Ideologia pressupõe que uma certa idéia, ou um conjunto de idéias, atende a um interesse da sociedade. Em suma, ideologia representa uma particular definição da realidade que chega a se ligar a um interesse concreto de poder. Segundo Berger e Luckmann (2000, p. 167-168),

Freqüentemente uma ideologia é aceita por um grupo por causa dos elementos teóricos específicos que são proveitosos aos seus interesses [...]. Seria errôneo, contudo, imaginar que a relação entre um grupo de interesses e sua ideologia é sempre tão lógica. Todo grupo empenhado num conflito social exige solidariedade. As ideologias geram solidariedade. A escolha de uma ideologia particular não é necessariamente baseada em seus elementos teóricos intrínsecos, mas pode derivar de um encontro casual [...]. logo que a ideologia é adotada pelo grupo em questão [...] modifica-se de acordo com os interesses que deve agora legitimar [...] Mas não há razões para supor que estas modificações devam afetar a totalidade da doutrina adotada.

Contudo, a ideologia de alguns indivíduos ou grupo de indivíduos nem sempre atende à ordem social dominante. Pelo contrário, ela pode ser oposta a ela e se manifestar através de movimentos sociais, tais como greves, reformas, passeatas, ou, em casos mais extremos, através da revolução.

As bibliotecas públicas por vezes funcionaram de acordo com interesses políticos, ou seja, foram instrumentos de manutenção do poder. Suas obras foram recolhidas em uma ordem institucional específica, com suas regras, convenções e hierarquias. No entanto, em outros momentos elas escaparam e ganharam densidade no mundo social, tornando-se recursos para inverter a ordem dominante. Chartier (1994, p. 8-9) diz:

O livro sempre visou instaurar uma ordem [...]. Todavia, essa ordem de múltiplas fisionomias não obteve a onipotência de anular a liberdade dos leitores [...] E ainda que: as obras [...] não tem sentido estático, universal, fixo. Elas estão investidas de significações plurais e móveis, que se constroem no encontro de uma proposição com uma recepção [...].

Milanesi (1986) afirma que a biblioteca pública possui duas funções que se complementam, no entanto são contraditórias: ordenar para desordenar. “Ordenar o caos das informações é a única possibilidade de dar sentido a um determinado universo informativo [...]”. No entanto,

O conceito da desordem é produzido a partir da visão que o indivíduo tem do mundo. Ordem/desordem é permeada pela ideologia. Desordem é a ordem do outro, aquela que não nos interessa. Em termos de sociedade, os “agentes da desordem” são sempre os elementos da oposição. Isso porque eles desejam substituir a ordem existente por uma outra. Quando há esse conflito de ordem, uma delas é sempre desordem para a outra. Aquela que prevalece passa a se constituir em ordem, o conjunto de valores aceitos, os costumes, as tradições, [as ideologias] (MILANESI, 1986, p. 35).

A seguir, verificaremos como a biblioteca pode ser determinante, no sentido de se construir uma nova ordem social.

O PODER DA BIBLIOTECA PÚBLICA: LEITURA E ESCRITA, EM UM CICLO CONSTANTE DE PRODUÇÕES DO CONHECIMENTO E DO ESPÍRITO

O estímulo à leitura é, ou deveria ser, a principal função de uma biblioteca pública.

A existência de um acervo bem conservado e completamente organizado não tem sentido se ele não for consultado por um determinado grupo de pessoas. Em uma biblioteca pública, isso é bastante necessário, uma vez que ela foi criada para atender a um público amplo e mais diversificado. Como diz Milanesi (1986, p. 14), “Cada biblioteca serve a um determinado público. Quanto mais heterogêneo for esse público, mais diversificado será o acervo – como é o caso da pública”. Assim,

Um leitor profissional pode ter grande prazer em perambular em uma biblioteca pública aberta, com livre acesso às prateleiras e, desse modo, circular no meio daquilo que é oferecido [...]. Na biblioteca pública, você deve encontrar livros que não procura, como se fossem eles que o procurassem (CHARTIER, 1998, p. 119).

O autor, no trecho citado, afirma que na biblioteca pública ideal o leitor deve encontrar uma enorme variedade de livros, sobre os mais diversos assuntos. Esses livros podem ter vários significados, dependendo do olhar de cada leitor. Podem ser considerados objetos de consumo, elementos de distinção social, manifestações de poder, instrumentos de intervenção, veículos de idéias, suportes do pensamento, registros de memória. Livros que lançam grandes idéias e novas correntes filosóficas e literárias, e livros mais efêmeros, comerciais, voltados para o entretenimento, para a distração.

Decifradas a partir dos esquemas mentais e afetivos que constituem a cultura [...] das comunidades que a recebem, tais obras se tornam um recurso precioso para pensar o essencial: a construção de um vínculo social, a subjetividade individual, a relação com o sagrado. Toda criação, ao contrário, inscreve em suas formas e nos seus temas uma relação na maneira pela qual – em um dado momento e em determinado lugar – são organizados o modo de exercício do poder, as configurações sociais ou a economia da personalidade [...] o escritor cria, apesar de tudo, na dependência. Dependência em face das regras (do patronato, do mecenato, do mercado) que definem a sua condição. Dependência, mais fundamental ainda, diante das determinações não conhecidas que impregnam a obra e que fazem com que ela seja concebível, comunicável, decifrável (CHARTIER, 1994, p. 9).

Nem todas as obras criadas estão totalmente vinculadas à ordem social dominante. Seus diversos significados, alcançados através de suas leituras, podem ultrapassar os limites dessa ordem. O leitor tem mais autonomia para conseguir se desviar de algumas regras institucionais. Assim,

a leitura não está, ainda, inscrita no texto, e [...] não há, portanto, distância pensável entre o sentido que lhe é imposto (por seu autor, pelo uso, pela crítica, etc.) e a interpretação que pode ser feita por seus leitores; conseqüentemente, um texto só existe se houver um leitor para lhe dar significado (CHARTIER, 1994, p. 11).

Darnton (1990, p. 155) também comenta as diversas direções que a leitura pode seguir:

A leitura não evolui numa direção única, a da extensividade. Ela assumiu muitas formas diferentes entre diferentes grupos sociais em épocas diversas. As pessoas liam para salvar suas almas, refinar suas maneiras, consertar suas máquinas, seduzir os namorados, informar-se sobre as atualidades e simplesmente para se entreter.

A leitura, nesse sentido, é influenciada pelo contexto ou pela situação que o leitor está vivenciando.

O “onde” da leitura é mais importante do que se pode pensar, porque a contextualização do leitor em seu espaço pode fornecer indícios sobre a natureza de sua experiência.

[...] a leitura não é simplesmente uma habilidade; e sim uma maneira de fazer sentido, que deve variar de cultura para cultura (DARNTON, 1990, p. 158).

Através do estudo sobre a leitura, podemos conhecer melhor os ideais e pressupostos que estão por trás dela. A leitura é movida por uma determinada ideologia, mas pode ser a base para um novo sistema de idéias, contrário ou não ao antigo.

Pense-se na freqüência com que a leitura alterou o curso da história [...]. Esses pontos sobressaem num processo mais amplo e mais vasto: o esforço infundável do homem em encontrar sentido no mundo em torno dele mesmo. Se conseguíssemos compreender melhor como ele lia, poderíamos vir a compreender como ele entendia a vida, e, por essa via – a via histórica –, quem sabe chegaríamos a satisfazer uma parte de nosso próprio anseio por um sentido (DARNTON, 1990, p. 172).

Ao compreender como determinados indivíduos lêem, podemos compreender melhor como eles entendem a vida e a realidade social que os cerca. Podemos compreender então a sua identidade.

As práticas de leitura, vinculadas à escrita, refletem a organização da biblioteca pública. Resultam dos recursos dessa instituição e da organização do acervo por princípios de classificação, critérios de constituição de coleções, catálogos. O saber adquirido através da leitura é reelaborado e mobilizado na escrita de novos textos sobre os mais variados temas, nos quais são expostas a reflexão e a compreensão de mundo por parte dos usuários da instituição. Assim, a memória do leitor-escritor é exteriorizada em livros, artigos, fotografias e outros documentos.

Nesse sentido, escrever sobre uma biblioteca pública significa analisar também as mudanças dos leitores e das leituras, além de avaliar as políticas de comunicação da informação exercidas pelo poder público. É mostrar o processo de acumulação das obras que se tornaram instrumentos de pesquisa, informação, lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os diversos aspectos culturais, educacionais e sociais – ao longo da história e em diferentes espaços geográficos – são influenciados por uma ordem política. No entanto, uma situação inversa pode ocorrer, ou seja, essa ordem pode ser modificada devido às manifestações sociais e culturais e ao desenvolvimento do setor educacional. Por isso, afirma-se que uma sociedade que não investe em cultura, educação e outras necessidades sociais, não adquire possibilidades de se desenvolver, já que seus membros não recebem as condições necessárias para conquistar sua cidadania e, assim, mudar os rumos de sua evolução política e histórica.

Segundo essa abordagem, a biblioteca pública sofre influências ideológicas que atingem também os seus usuários, cujas maneiras de compreender a sociedade e suas leis são controladas. Dessa forma, os usuários podem manter-se favoráveis à ordem social e política dominante e acatar suas imposições; ou então, tornam-se contrários a essa ordem e, apoiando-se nas leituras realizadas, buscam a sustentação teórica necessária para modificá-la.

As influências culturais que a biblioteca recebe também atingem indiretamente os usuários da instituição, pois o acervo documental e bibliográfico influencia o gosto literário do público, que, por sua vez, compõe parte da identidade cultural relacionada ao grupo social “público-leitor” daquela instituição. Nesse sentido, a literatura e a leitura também são consideradas manifestações culturais.

Assim, a biblioteca pública pode legitimar um sistema político dominante, quando disponibiliza um acervo constituído em acordo com interesses de determinados grupos sociais que se mantêm no poder; por outro lado, proporciona – através das atividades que incentivam a leitura, o estudo, a pesquisa e a produção de trabalhos e obras literárias, e por meio da preservação da memória e identidade locais – uma relevante contribuição cultural e educacional para a comunidade ou cidade onde atua. Assim, cria possibilidades de mudança para uma nova ordem social, mais justa e inclusiva para todos os membros.

REFERÊNCIAS

BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas**: uma visão humanística. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1973. 202p.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 247p.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998. 159p.

_____. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1980 (Col. Memória e Sociedade). 244p.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Ed. da UnB, 1994. 111p.

DARNTON, Robert. **Boemia literária e revolução**: o submundo das letras no Antigo Regime. BORGES, Luís Carlos (Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 271 p.

_____. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 330p.

_____. O poder das bibliotecas. **Folha de S. Paulo**, 15 abr. 2001. Mais!, p. 4-7.

GOMES, Sônia de Conti. **Bibliotecas e sociedade na primeira república brasileira**: fatores sócio-culturais que atuaram na criação e instalação de bibliotecas de 1890 a 1930. Belo Horizonte, 1981. 113 f. Dissertação [Mestrado em Administração de Bibliotecas] – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 300p.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990 (Col. Repertórios). 553 p.

MILANESI, Luís. **A casa da invenção**: biblioteca, centro de cultura. 3. ed. rev. e aum. São Caetano do Sul: Ateliê, 1997. 271p.

_____. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê, 2002. 116p.

_____. **O que é biblioteca**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Col. Primeiros Passos). 107p.

_____. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1986. 261p.

Data de envio: 12/02/2010 Data de aceite: 20/09/2010